

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA
PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM
PERSPECTIVA

Camila Rios
mila.crf@hotmail.com

Daniela Pedrosa
danielapedrosa.ufjf@hotmail.com

Matheus Gomes
gomes.ufjf@gmail.com

Ricardo Maciel
ragmaciel@yahoo.com.br

Thalita Machado Rodrigues
thalita.machado@hotmail.com

William Assis
williamrocnroll@hotmail.com

Resumo

O Projeto Parlamento Jovem 2010 é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em parceria com outros municípios do mesmo Estado. Tal projeto surge como uma antítese a um paradigma revigorante nas Ciências Sociais Brasileira, de que o Estado não incitaria as massas (mais especificamente de jovens) a se mobilizarem e agirem como *animais políticos*. O objetivo do projeto é despertar nesses jovens a vontade de serem cidadãos, exercerem seus direitos e deveres. Nosso objetivo com esse artigo é analisar todo o processo de aprendizagem desses jovens acerca do tema proposto e como ele se perpetuou na esfera escolar, onde ocorreu a maioria das dinâmicas. Como metodologia, para avaliação final do projeto, nos concentramos em um estudo focal.

Palavras-chave: Parlamento Jovem 2010; Cidadania; Juventude

INTRODUÇÃO

O projeto Parlamento Jovem (PJ) tem como objetivo proporcionar aos estudantes universitários e do ensino médio um aprendizado sobre a função do Poder Legislativo no nível Estadual, a importância de uma participação política em uma democracia e estimular o envolvimento dos estudantes em situações práticas de pesquisa e debate, negociação e realização de escolhas no contexto do Poder Legislativo, guiando-se pela temática escolhida a cada ano. O projeto existe em Minas Gerais desde 2004 e é promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). A partir

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

de 2010 o projeto se espalhou por outros municípios ficando sob responsabilidade das Câmaras Municipais de cada cidade participante.

No ano de 2010 o projeto foi realizado em Juiz de Fora através da parceria entre a Câmara Municipal de Juiz de Fora, por meio do Centro de Atenção ao Cidadão; a Universidade Federal de Juiz de Fora, através do curso de Ciências Sociais e três escolas das redes pública e particular: Escola Estadual Coronel Antônio Alves, Colégio Santa Catarina e Colégio dos Santos Anjos. Os alunos de ensino médio contam com o auxílio dos monitores, alunos do curso de Ciências Sociais, que são responsáveis pela capacitação dos jovens estudantes.

O tema do projeto em cada ano é escolhido pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais junto com as Câmaras Municipais de cada município participante e as escolas que integram o projeto. A dinâmica de escolha baseia-se numa consulta as escolas sobre temas que tangem o universo dos jovens estudantes, passando pelas Câmaras de cada município que encaminham para a Assembléia as sugestões mais recorrentes, chegando a uma decisão conjunta. Seguindo o formato de todas as edições do PJ, e para que haja uma

melhor compreensão e melhor abordagem a temática é dividida em 3 subtemas.

A dinâmica de realização do projeto obedece a uma divisão em três etapas: discussão nas escolas, com elaboração das propostas; realização dos grupos de trabalho e votação das propostas na Plenária Municipal e Plenária Final na ALMG-BH. Na primeira fase as atividades são desenvolvidas nas escolas e os monitores levam aos alunos discussões sobre o papel das instituições democráticas e a importância do envolvimento na vida política. O material utilizado para capacitação foi uma cartilha intitulada *Onde está a democracia?* de José Eisenberg e Thamy Pogrebinschi que foi indicada pelo coordenador do curso de Ciências Sociais da UFJF Raul Magalhães, responsável, em Juiz de Fora, pela capacitação dos estudantes do curso de Ciências Sociais. A cartilha trata de forma bem didática temas como: democracia, cidadania, os três poderes, o voto, partidos políticos jogando questões e apresentando conceitos com ilustrações provocativas. Em seguida entra-se na discussão do tema. Nessa fase são realizadas atividades diversas para subsidiar as discussões como

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

palestras, visitas técnicas e oficinas para que os alunos absorvam o máximo de informações que servirão de base para elaboração das propostas. Terminada as discussões e a elaboração dos projetos de lei, as propostas de cada escola são levadas para a votação nos grupos de trabalho. Ao final da discussão são priorizadas propostas que serão votadas na Plenária Municipal. Essas propostas priorizadas são então votadas e aquelas aprovadas são encaminhadas para a Plenária Estadual em Belo Horizonte na ALMG.

Em seguida cada Câmara identifica estudantes do ensino médio do PJ Municipal para participação nas atividades da Etapa Estadual do PJ de Minas desenvolvidas em dois dias. No primeiro momento, os estudantes, divididos em Grupos de Trabalho, discutem e votam o Documento-Base (com todas as propostas enviadas por todas as cidades participantes do projeto) com sugestões ao poder público de ações e de aperfeiçoamento da legislação existente sobre o tema dos trabalhos. Num segundo momento, todos são reunidos no Plenário da Assembléia Legislativa para, conjuntamente, apreciarem e votarem documento originado dos Grupos de Trabalho.

A Plenária Final encerra-se com a aprovação do Documento Final, que é entregue à Comissão de Participar Popular, para apreciação, parecer e devido encaminhamento.

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Participar do projeto Parlamento Jovem 2010, em Juiz de Fora, possibilitou aos monitores avaliar o interesse e o conhecimento dos alunos do ensino médio sobre a esfera política. E principalmente, possibilitou aos jovens estudantes perceberem que a esfera política não é estranha ao universo em que vivem, ao contrario, suas vidas são continuamente afetadas pelas decisões políticas. Mas antes de apresentar essa análise é importante frisar que a participação dos alunos no projeto não era obrigatória, os alunos só se inscreviam no projeto por espontânea vontade.

Quando questionados sobre o que pensavam sobre política, a descrença dos alunos foi facilmente percebida através de algumas palavras repetidas por muitos: “corrupção” e “Sarney” (essa última palavra devido ao escândalo que tomava conta da mídia no momento). Era notório que as discussões políticas não faziam parte da

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

rotina desses alunos e aprender política era para eles descobrir um novo mundo coberto de mistérios e mitos reforçados pelo antigo ditado que diz “religião e política não se discute”. A carência maior de entendimento estava sobre a distinção entre as funções do poder legislativo e do poder executivo. Também era perceptível a dificuldade dos alunos quando questionados sobre o que era “ser cidadão”.

A cidadania, portanto, vai além daquilo que o Estado define como direitos e deveres... Assim, de certa forma, dizemos que os direitos definem e ampliam a cidadania. Mas, os deveres não precisam esperar pelo Estado para que os cumpramos como cidadãos. Há deveres, afinal, que não são jurídicos, mas sociais e morais. (EISENBERG, 2002, p. 87-89)

O educador e filósofo Paulo Freire defendia uma pedagogia política focada na autonomia do ser. Freire (1993) afirmava que o conhecimento acontece quando o indivíduo é instigado a refletir sobre os seus problemas cotidianos. Ele defendia que a Educação e a Política apontam na mesma direção para que se construa um cidadão capaz de assumir o controle dos seus processos de existência. A participação no projeto Parlamento Jovem permitiu que percebêssemos o quanto a educação política é pouco trabalhada nas escolas, formando assim cidadãos carentes de

conhecimento político o que possibilita que os mitos em torno da política continuem sendo sustentados pela mídia ou pelos próprios políticos.

Em 1971, por imposição do regime militar, as disciplinas de Sociologia e Filosofia foram abolidas do ensino médio brasileiro. Em 2008 o vice presidente José de Alencar sancionou a lei 11.684/08 que tornou obrigatória as duas disciplinas nos três anos do ensino médio em escolas públicas e privadas. Mas como já afirmava Maria Victoria de Mesquita Benevides em seu artigo “Educação para a Democracia” de 1996, esse espaço não garante qualidade.

É sabido, também, que existe, no sistema de ensino brasileiro, um "espaço" para a educação do cidadão - na maioria das vezes como mero ornamento retórico ou, então, confundida com civismo. Além disso, a "educação para a cidadania", presente como objetivo precípua em todos os programas oficiais das secretarias, independe do compromisso explícito dos diversos governantes com a prática democrática. (MESQUITA BENEVIDES, 1996)

Um dos objetivos centrais do ensino médio de acordo com a lei 9.394/96 é a construção da cidadania. Construção que pode ser estimulada, principalmente, através da disciplina de sociologia, orientando os alunos para que desenvolvam opiniões críticas sobre

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

a realidade social e se formem assim cidadãos. Portanto, o objetivo da sociologia no ensino médio é estimular uma leitura crítica da vida social nesses alunos e isso deve ser desenvolvido a partir da realidade e dos interesses desses estudantes. Os alunos devem entender a influência que o tema abordado exerce sobre a sua vida para entender o quanto é importante o olhar crítico e a reflexão acerca dos assuntos da esfera pública. Para isso, é preciso fornecer também instrumentos teóricos para esses alunos, possibilitando que entendam melhor o que está sendo dito. Dessa forma, instituições como a família e o Estado ganham outro sentido diante dos olhos desses estudantes, bem como a própria sociedade que passa a ser vista de outra forma.

É importante que se entenda que a participação política não garante uma democracia de qualidade. Para uma qualidade democrática é preciso que haja uma educação política, uma população preparada para uma reflexão crítica. É claro que o Parlamento Jovem não soluciona essa carência de educação política nas escolas, já que o projeto ainda atinge uma minoria, mas é um exemplo com resultados positivos de que os jovens podem sim se interessar por política se forem motivados a isso e

que a descrença atual na política poderá mudar com uma educação política de qualidade.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A democracia, o governo no qual o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes eleitos e que protege a liberdade humana, deveria ter como um dos focos principais a juventude, que é considerada um potencial inovador para alterar o quadro de vida social, política e econômica do país.

Tanto é verdade, que os jovens estiveram presentes em vários momentos da história brasileira, como na luta contra o regime ditatorial de Getúlio Vargas, fizeram campanhas em defesa do patrimônio territorial e econômico do país, exigiram mudanças no sistema educacional brasileiro para acabar com as taxas de analfabetismo, rebelaram-se contra a universidade que lhes parecia um instrumento das elites, cujo objetivo principal era manutenção da ordem social então existente, uniram-se aos intelectuais para apoiar a criação do Centro Popular de Cultura, visando a encontrar novos públicos e novas

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

linguagens para um tipo de arte capaz de alertar o povo para seus direitos. Na década de 60 tiveram uma presença marcante na luta contra a ditadura militar e logo após esse período na reconstrução da democracia exigindo o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

Ao ver uma juventude tão atuante no passado é largamente difundida a idéia de que atualmente a juventude não se preocupa com a política, que não se articula para exigir seus direitos frente aos governantes e reclamar soluções acerca das irregularidades. Excluídos de muitos processos sociais e decisórios, das transformações econômicas e do mercado, muitos jovens sentem-se desmotivados a participarem do processo de discussão política. Permeados pela insegurança e desamparo, grande parte não vê na política meios para refletir sobre sua realidade e transformá-la.

Num sistema democrático, em que os governos são responsáveis pelo bem estar dos cidadãos, pela administração de leis justas e igualitárias e pela garantia do acesso ao processo político, pode-se perceber que há um mal-estar dos jovens alimentado por um conjunto de demandas não

atendidas pelas autoridades e pela impunidade de representantes corruptos. A visão da política como um ciclo vicioso, em que os políticos agem de acordo com interesses privados, deixando de agir segundo o bem comum, é compartilhada por muitos deles. Faltam políticas públicas voltadas para os jovens que atendam suas necessidades básicas para que eles possam participar de forma efetiva da vida política do país.

Os canais de participação política têm que ser mostrados para os jovens através de projetos educacionais na escola para que desde cedo os alunos saibam articular e ter consciência de seus atos na vida pública. A participação política está vinculada com o conceito de cidadania, na luta dos direitos cívicos. Uma das primeiras idéias a ser esclarecida para a população em geral é de que a participação política não é efetiva só em épocas de eleições, no simples ato de votar em algum representante para que ele possa tomar as devidas atitudes para melhorar a qualidade de vida da região que representa.

Há espaços criados em que a população pode participar e cobrar melhorias dos representantes. Um exemplo é o orçamento participativo do

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

município, que permite aos cidadãos se envolver na decisão de como deve ser gasto uma parcela do orçamento público. A população também pode filiar-se a algum partido político de acordo com suas propostas e princípios. Outro espaço de participação popular são os conselhos municipais de políticas públicas, que torna os governos locais mais transparentes e mais abertos às demandas e necessidades da população.

A organização estudantil não fica de fora dos espaços de participação política. Os grêmios estudantis são organizações independentes formadas por estudantes para representar a escola em que estudam. Os centros e diretórios acadêmicos representam os estudantes de um determinado curso no ensino superior. A União Nacional dos Estudantes (UNE) é a entidade que representa os estudantes universitários brasileiros e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) representa os estudantes do ensino fundamental e médio no Brasil. Jovens que compartilham objetivos comuns se organizam de maneira autônoma em áreas como na educação, saúde, esporte, cultura, geração de renda, política, direitos humanos, juventude, comunicação etc.

Moradores de bairros também podem se organizar para formar uma associação de moradores, que tem como objetivo lutar por melhorias na qualidade de vida na comunidade, pressionando o governo pelos seus direitos.

Visando reverter esse contexto, o Projeto Parlamento Jovem Minas tem como objetivo integrar a juventude com a política, ampliando os canais de participação popular, de reivindicação de direitos e esclarecimento de deveres. É de fundamental importância, para toda a sociedade, uma educação política e cidadã, para que todos sejam capazes de intervir em seu meio. Educando para a política, o Parlamento Jovem obteve êxito no intento de modificar uma concepção pessimista dos jovens em relação ao universo político, motivando-os também às práticas que privilegiam o coletivo.

Através da realização de grupos focais de avaliação do projeto, observou-se um aumento do grau de politização dos jovens contemplados, tornando visível o impacto de iniciativas de integração da juventude com a política, o que é salutar à democracia. O resultado mostra a diferença de comportamento político dos estudantes antes e depois da

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

participação no projeto. Os próprios se diziam desinteressados pela política, e que entraram no projeto por influência de amigos. Ao longo das atividades, os alunos construíram uma base maior para discussão de problemas relativos não só a sociedade, mas às questões práticas de suas vidas. O esclarecimento de conceitos ajudou os alunos a negociar propostas e entender como é o processo eleitoral. Foi apontado também que nas últimas eleições os jovens sentiram-se melhor preparados para votar ou discutir sobre o processo eleitoral com seus colegas e familiares.

Observou-se também que após a participação no projeto, os estudantes se tornaram (re) produtores das atitudes pró-políticas, ou seja, adquiriram mais confiança na democracia como forma de governo, em suas instituições e seus processos próprios; passaram a valorizar mais a participação política e sua essencialidade para a democracia; e a entender os efeitos da política e das decisões tomadas pelos representantes sobre a vida cotidiana.

É de fundamental importância para a consolidação da democracia que a juventude atue no universo político. O Parlamento Jovem torna o jovem protagonista da vida pública e o impele a refletir sobre as questões coletivas.

Inseridos nesta esfera, os contemplados pelo projeto tornaram-se, no decorrer das atividades, interlocutores entre governados e a instituição representativa. A participação popular, sobretudo dos jovens, aumenta o nível de confiança das pessoas nas instituições políticas. Reuniões, plenárias, e grupos de discussão foram os canais de interação e reflexão utilizados para estimular os estudantes.

Esta experiência permite concluir que além da família e da escola, organizações sociais e instituições devem motivar a socialização política dos jovens, pois quanto mais imersos nessa lógica, melhor formada será a visão deles sobre as questões coletivas e seu campo de atuação como cidadãos. Uma das tarefas da ciência política hoje é preparar as pessoas para a esfera política formando cidadãos, criando espaços e oportunidades no âmbito das instituições que promovam e permita o desenvolvimento de habilidades e concepções democráticas cidadãos, indivíduos com consciência de seus direitos e deveres.

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA PROTAGONISMO JUVENIL E QUALIDADE DEMOCRÁTICA

O ambiente escolar é concebido como *locus* da formação de sujeitos autônomos e participativos, através da consolidação de valores e do conhecimento sobre direitos e deveres. Projetos de educação política em parceria com as escolas, além de fomentar a atuação política dos jovens, solidamente embasada e orientada, permitem que as próprias instituições de ensino alcancem de forma mais ampla seus objetivos.

Em instituições heterogêneas como a escola, há que se respeitar as diversidades, regionais, de classe, entre outras, na análise da efetividade e dos resultados de projetos de envolvimento com questões públicas. Há inúmeros fatores que influenciam a percepção e o desempenho dos jovens acerca das temáticas propostas pelo Parlamento Jovem citadas anteriormente.

Quais instituições e iniciativas podem garantir a qualidade democrática? Como os jovens se encaixam na consolidação desse processo? Como a escola media essa construção? Cidadãos que compartilham uma sólida cultura política contribuem para o

fortalecimento da sociedade civil e do Estado. A qualidade democrática deve tornar convergentes as ações do Estado e a liberdade de ação do cidadão, sendo de fundamental importância a elaboração de políticas públicas, bem como canais de participação política.

TEORIA E PRÁTICA

Apesar de todo trabalho teórico que envolve o projeto Parlamento Jovem – conceitos de cidadania, democracia, república, federalismo, funções da casa legislativa, etc. – o mesmo tem como foco e virtude a articulação entre teoria e prática no campo de atuação das ciências sociais, uma articulação que já vem sendo pauta desde autores clássicos como Karl Marx passando pela sociologia pública de Florestan Fernandes até os dias atuais.

Tal articulação entre teoria e prática é de grande importância para os fundamentos do projeto. Estamos cientes que para trabalhar conceitos como os citados acima e despertar o interesse nos jovens estudantes para a vida política na condição de *governantes* e *governados* devemos inseri-los na vida prática cotidiana, onde negociações são feitas nas interações inter individuais cotidianas, decisões

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

são tomadas pelos representantes de nossa sociedade e pela própria sociedade, conforme as idéias de Gramsci, na qual as principais decisões são tomadas pela e dentro da sociedade civil, para que eles possam compreender como as idéias são objetivadas no seio da sociedade, podendo se expressar de diferentes modos, variando de sociedade para sociedade.

Conforme dito acima, é necessário, para uma eficaz educação política democrática republicana desses jovens estudantes, fazer com que eles próprios objetivem tais conceitos em suas vidas práticas. Quando afirmamos que os próprios estudantes devem por si só objetivarem tais conceitos, estamos defendendo que a democracia deva surgir do próprio movimento popular, da vontade e autonomia do povo e não de uma minoria que queira um país democrático por excelência, como fato ocorrido no Brasil. Contudo, isso não significa que instituições ou uma minoria não possa despertar esses ideais democráticos no seio da sociedade civil. O Projeto Parlamento Jovem é um exemplo disso.

A articulação entre teoria e prática se apresentou como virtude tanto para os jovens quanto para os monitores – alunos de ciências sociais – colocando

o cenário social em que vivemos como produto de idéias e de ações práticas, mostrando qual o nosso papel sob a condição de cidadão e mostrando que podemos nos desprender das correntes que nos prendem para atuarmos como efetivos “animais políticos” no maior sentido Aristotélico, como também, para uma melhor formação do cientista social, o qual está ocupando mais espaço dentro das escolas e da sociedade tendo necessidade de adquirir experiência para lidar com os devidos públicos.

Essa conexão entre as instancias teóricas e a vida pratica explicitada pelo Parlamento Jovem, nos leva a pensar também a relação entre as dimensões estruturais e interacionistas no interior da escola. Esse debate permite abordar um problema fundamental na construção de uma educação que prepare o aluno para a vida democrática: a articulação entre a prática pedagógica e as estruturas sociais no interior do processo educacional. A hipótese é que o projeto Parlamento Jovem atua na desgastada estrutura escolar como uma ferramenta não tradicional, podendo assim promover a formação dos estudantes por uma via alternativa de cunho interacionista.

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

Segundo Vitor Paro, a realidade da educação é marcada por escolas que apresentam grande segregação entre a prática escolar e as perspectiva de uma consistente formação intelectual e cultural dos educandos, estando a estrutura da escola de acordo com essa separação na medida em que não é concebida de modo a favorecer a condição de sujeito dos alunos. A escola, recorrentemente, funda-se numa estrutura avessa à participação e ao exercício da cidadania, pois esta permeada por praticas antidemocráticas. No nível macro sociológico o que percebemos é a deteriorização da estrutura escolar (material e metodológica) que oferece um tipo de formação voltada principalmente para o mercado de trabalho e menos para a dimensão social (Paro, 2000).

No sentido contrario dessa marcha o Parlamento Jovem funcionou como um contrapeso. Sua metodologia centrada no aluno proporciona algo fora do contexto escolar cotidiano chamando a atenção dos estudantes para temas que não recebem a devida atenção nas escolas. Elaborar propostas, negociá-las e vota-las, conforme demonstrou o estudo focal realizado no fim do projeto, alterou profundamente a visão

dos estudantes e sua postura frente às questões relacionadas a vida social e política. O que ficou demonstrado é que estrutura não é neutra com relação aos fins educacionais, pois realmente verificou-se nos participantes do projeto uma alteração, por vezes radical da perspectiva, rompendo com as noções de senso comum quanto aos temas tratados. Portanto, a estrutura didática - currículos, programas, métodos - e a estrutura administrativa - organização do trabalho e hierarquia - precisam ser dispostas de modo coerente com os fins democráticos.

Os resultados obtidos com o Parlamento Jovem demonstram que políticas públicas comprometidas com objetivos sociais, constituintes de uma nova qualidade do ensino, não podem ignorar a necessidade de propor os meios adequados para a realização desses objetivos, dentre os quais se incluem mudanças na própria estrutura escolar, ou mesmo a instituição de uma estrutura didática e administrativa inteiramente nova (PARO, 2000). Isto porque, como a prática tem demonstrado, “é impossível assegurar a democratização da escola sem facultar às unidades escolares condições político-institucionais favoráveis.”

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

(PEPE, 1995, p. 106 *apud* PARO, 2000, p.12).

A educação baseada nas práticas tradicionais, conforme avalia Maurício Mogilka “não é e jamais será democrática, pois os seus fundamentos filosóficos e o seu método são antiparticipativos e excessivamente centralizadores — portanto, antidemocráticos na essência” (MOGILKA, 2003, p. 136). Assim as práticas tradicionais e de seus princípios estruturantes não são capazes de se converterem em experiências favoráveis à vida democrática, sendo preciso a introdução de iniciativas como o Parlamento Jovem.

Com as alterações dos fins e das ferramentas, podemos pensar no caráter interacionista da educação. Mogilka lembra que a visão interacionista sustenta que o ator social opera num vasto campo de contingências diversas entre sua atuação e as estruturas sociais que o cercam interpretando o mundo e significando suas ações (MOGILKA, 2003). Segundo Coulon (1995, *apud* MOGILKA, 2003), o ator interpreta suas interações com os outros atores e age sobre essas interações enquanto elas definem suas ações. Para o autor a interação pode ser reflexiva o que

implicaria admitir a possibilidade do ator modificar as estruturas sociais. O que defendemos é que projetos como o Parlamento Jovem podem direcionar esse processo, contudo, isso só se torna possível devido ao seu caráter não tradicional sustentado por uma metodologia baseada na atuação dos estudantes.

Outro ponto da visão interacionista da educação é o incremento da importância dos profissionais da educação para o êxito do processo educacional:

Pesquisas orientadas pelo interacionismo simbólico, fortemente influenciado pela pedagogia humanista e pela filosofia social de John Dewey, mostraram, a partir da década de 30 nos EUA, e depois na Europa, como os professores influem, às vezes de forma sutil, na formação de seus alunos. (MOGILKA, 2003, p. 140)

Essas abordagens ressaltam a importância que a ação dos profissionais da escola, seu pensamento e sua formação têm nos resultados das práticas pedagógicas. Tal importância é analisada em conjunto com as questões estruturais, políticas e culturais, e não em oposição a elas. No caso do parlamento jovem são os monitores que cumprem esse papel.

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA O PAPEL DO MONITOR

O papel dos monitores de Ciências Sociais no projeto é de grande importância. São eles que abrem um novo horizonte de idéias acerca da democracia brasileira, o que é ser cidadão em nossa sociedade, República, Federalismo, funções da casa legislativa, entre outros, possibilitando um diálogo (monitor- jovem estudante; jovens estudantes – jovens estudantes; etc.) que trate com efetividade dos temas que circunscrevem a vida pública política que estamos inseridos.

A orientação dada pelos monitores aos jovens estudantes tem como objetivo confrontar a apatia política que muitos deles vêm a esfera política, fazendo com que muitos deles percam o interesse de se colocar como peça fundamental da esfera pública.

Os debates organizados nos encontros com os estudantes têm por objetivo colocar temas polêmicos e centrais da nossa esfera política, envolvendo os conceitos citados acima, para que eles próprios discutam com autonomia, ou seja, os monitores não devem dar opiniões acerca dos temas, apenas “iluminar”, organizar o debate. O debate é inteiramente realizado pelos jovens e, é nesta dinâmica que eles

aprendem os valores democráticos relacionados ao direito à voz e opinião, negociação, debate e escolha de propostas. Em uma passagem da obra de Jessé Souza, “A rale brasileira: quem é e como vive”, o autor expressa claramente a importância funcional do especialista, no caso, o monitor.

Para vários pensadores importantes da modernidade, como os filósofos e sociólogos alemães Jürgen Habermas e Georg Simmel, a existência de um vínculo forte e orgânico entre especialistas (artistas, escritores, pensadores, publicistas, cientistas, etc.) e não especialistas é uma das questões fundamentais para a existência efetiva tanto de indivíduos autônomos e que pensam com a própria cabeça, quanto para a existência de uma esfera pública política verdadeiramente democrática. (SOUZA, 2009, p. 42)

Sendo assim, conforme tal passagem, notamos que as atividades que os monitores desenvolvem com os jovens estudantes visa essa autonomia do pensar, possibilitando para eles um ganho intelectual e social e também visando a efetivação de uma esfera pública política verdadeiramente democrática.

CONCLUSÃO

A participação no PJ proporciona aos jovens a experiência de reflexão e de debate democrático sobre

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

temas específicos relacionados às necessidades e problemas de maior interesse da coletividade. Ao final do projeto Parlamento Jovem Minas Gerais (ano 2010), o resultado que se esperava era uma manifestação dos jovens estudantes contra a pressuposta apatia política, uma inserção deles na vida pública política, *jogando* com o interesse particular e o público, sabendo lidar e procurar o *bem comum* para a sociedade a qual pertencem, cultivando os ideais democráticos republicanos.

Como forma de avaliação do projeto, foi realizado um estudo focal em que se pretendeu avaliar a participação dos jovens estudantes no projeto e qual sua influência no sentido de alterar a visão dos jovens em relação aos temas abordados (democracia, participação política, etc.). Referente a participação desses jovens, podemos citar o blog que foi criado para tornar as atividades mais dinâmicas, não caracterizadas apenas pelos encontros em sala de aula. Porém, o blog como instrumento de participação não teve grandes resultados, muito menos intervenções dos estudantes. A idéia de partir do pressuposto que a internet se tornou a via mais prática para tocar o público jovem em geral não teve resultados favoráveis, sendo assim, o

contato entre os monitores e estes jovens se efetivava realmente apenas nas salas de aula, onde problemáticas eram lançadas, discutidas e negociadas. Podemos pontuar também que o número ideal de jovens que se pretendeu trabalhar em cada escola (trinta jovens) não foi realmente alcançado, porém, não se tornou um empecilho para o andamento do projeto.

Com relação a influência do projeto sobre os jovens, podemos pontuar casos que demonstram a eficiência do projeto. Entre esses casos destaca-se o de um aluno que teve a iniciativa particular de se dirigir a um dos vereadores cobrando apoio a classe dos catadores de matérias recicláveis, mais especificamente a instituição ASCAJUF. Um exemplo claro de que o parlamento jovem estimulou esse jovem a agir conscientemente e autonomamente em prol do que ele pensava ser o *bem comum*, segundo ideais democráticos e republicanos, lidando como *governado e governante*. Por outro lado, o estudo focal mostrou um dado interessante, que tange aos ideais democráticos da escolha de representantes. Ao perguntar aos jovens estudantes que não foram escolhidos para representar os outros jovens na etapa de Belo Horizonte se o método de

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA

escolha destes representantes foi legítimo, eles afirmaram que sim, afinal é democrático. Ao perguntarmos se foi o melhor método, eles afirmaram que não, pois havia outros representantes que poderiam assumir a condição de representante melhor do que alguns eleitos democraticamente. Com tais dados, reconhecemos que os ideais democráticos são tidos por eles como legítimos, porém, nem sempre os melhores.

De forma geral, podemos concluir que o Parlamento Jovem alcançou seu objetivo de estimular a formação política dos jovens, levando-os à compreensão dos mecanismos de participação no Parlamento e ao exercício desse aprendizado. Assim somos levados a pensar na importância da ampliação de iniciativas como essa para a formação de um novo tipo de cidadão realmente consciente dos problemas da coletividade e capaz de operar nos espaços públicos atuando nas instituições para solucionar esses problemas.

Abstract

The Project Young Parliament 2010 is an initiative of the Legislative Assembly of the State of Minas Gerais in partnership with other municipalities in the same State. This project arises as an antithesis to an invigorating

paradigm in the Brazilian Social Sciences, that the State does not encourage the masses (more specifically the young people) to mobilize and act as political animals. The goal of the project is awaken in these young people the desire to be citizens, exercising their rights and duties. Our goal with this paper is to analyze the whole learning process of these young people about the proposed theme and how it is perpetuated in the school where occurred the most dynamic. As a methodology, for final evaluation of the project, we focused on a study focal.

Key-words: Young Parliament 2010; citizenship; youth

BIBLIOGRAFIA:

MOGILKA, Maurício. **Educar para a democracia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005742003000200007&lng=en&nrm=iso>.

PARO, Vitor Henrique. **Educação para a Democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino.** *www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.PDF*

EISENBERG, José. **Onde está a democracia?** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez Editora, 1993.

MESQUITA BENEVIDES, Maria. **Educação para a democracia.** São Paulo: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1996.

PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA
SOUZA, Jessé. **A Realé Brasileira:
quem é e como vive.** Belo Horizonte,
Editora UFMG, 2009

BAQUERO, Marcello. **Democracia,
Juventude e Capital Social no Brasil.**
Porto Alegre: UFRGS, 2004.

COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é
cidadania.** São Paulo: Brasiliense,
2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é
participação política.** São Paulo:
Brasiliense, 1984.